



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES DO TRABALHO NO UNIVERSO PRODUTIVO DO CALÇADO EM FRANCA/ SP (BRASIL)

Alexandre Marques Mendes

Pós Doutorando em Sociologia, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vinculado ao LabDES (Laboratório de Estudos sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca – UNESP.
Franca/BRASIL. email: ales.mendes@terra.com.br

As profundas transformações ocorridas com o processo de globalização em curso nas últimas décadas afetaram dramaticamente as dimensões fundamentais da vida social, sobretudo aquelas referentes à dinâmica de acumulação do capital e das formas de organização do trabalho. A atual configuração do capitalismo global orientou um processo de reestruturação produtiva que exigiu, por um lado, a flexibilização no processo de trabalho e, por outro, a sistematização de novas formas de produzir, buscando alcançar a qualidade do produto com menos custos, processo que mobilizou novas tecnologias e novos processos gerenciais de produção. Isto modifica as relações de trabalho e cria novas bases de produção da questão social, percebidas localmente. Segundo Anthony Giddens (1991, p. 69), “A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos, ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Nesse contexto inexorável de globalização, orientados pela modernização ocidental, o trabalho e os problemas ambientais fazem parte de um processo denominado por Giddens, Bech e Scott (1997) de modernização reflexiva¹, justamente por atestar a encruzilhada enfrentada pela sociedade industrial clássica. Neste momento de incorporação dos novos padrões de produtividade, cada país, cada localidade, participa de maneira diferenciada na economia global e segue caminhos peculiares de lugar para lugar.

Noutra perspectiva, Boaventura de Souza Santos (2001) argumenta que o lugar tem poder. Nesse sentido, o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização e não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, em uma inserção cultural específica. Segundo LLORENS (2001), admitindo

¹ Segundo Giddens, Bech e Scott (1997, p. 12), “A modernização reflexiva significa a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O ‘sujeito’ dessa destruição não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental.”



2

inclusive as limitações estatísticas, no sentido de incluir as transações informais e de mais difícil quantificação, a geração e a distribuição da riqueza nos espaços nacionais e subnacionais dependem das políticas e institucionalidades territoriais específicas dos diferentes atores sociais, que a partir de iniciativas locais conseguem articular em termos de fomento econômico endógeno, a fim de alcançar os níveis de eficiência produtiva e competitividade adequados e, com isso, contribuir para maior difusão do crescimento econômico e geração de emprego. Portanto, assinala a necessidade do reforço dos sistemas produtivos locais e a criação, do que denomina, entorno inovador institucional, social, econômico, político e cultural que impulse o desenvolvimento do potencial empresarial e produtivo territoriais.

Na dinâmica atual de produtividade, pós-fordista, o “conhecimento” é a força decisiva na reorganização da produção e do espaço e na introdução de melhores métodos de gerência e organização das empresas e entidades de gestão, públicas ou privadas. Portanto, a diversidade territorial se apóia na aquisição e na adaptação de conhecimentos gerais e específicos, os quais são filtrados pela própria prática, institucionalidade e cultura locais.

No contexto destas transformações seguiu-se um debate em torno da suposta crise da sociedade do trabalho. O trabalho é central e determinante no sistema de produção capitalista, como fonte de energia imprescindível para seu funcionamento. Entretanto, na argumentação teórica de alguns autores, como Gorz (1982), Claus Offe (1985), Kurz (1992), estes fenômenos econômico-sociais dão indícios de que o eixo do trabalho, como categoria ontológica, estaria em rota de mutação. Em análise distinta, Antunes (1995) refuta a idéia de crise e fim da sociedade do trabalho, porém admite que o campo do trabalho sofreu profundos impactos na atualidade, pela perda quantitativa do trabalho vivo e aumento do trabalho morto no processo produtivo. Ou seja, o autor destaca, por um lado, uma intelectualização do trabalho e, de outro, um processo de profunda precarização comumente verificada nas condições de desemprego estrutural, subemprego e no trabalho informal. Em síntese, é preciso considerar que em muitas instâncias produtivas, há algum tempo, as relações de trabalho não se sustentam mais pela organização do capitalismo em bases fordistas-tayloristas e, assim como o capital, o trabalho também tende a ser volátil, ou, segundo Bauman (2001), líquido, porém com conseqüências ainda pouco legíveis para os trabalhadores, inclusive na tentativa de “flexibilizar” aos poucos o corpo da legislação trabalhista.

Nossa proposta de estudo se insere na perspectiva de refletir sobre essa nova face do trabalho, compreender as permanências e metamorfoses do trabalho no universo produtivo do



3

calçado, buscando apreender as particularidades do impacto e influência do processo de reestruturação produtiva no setor calçadista. No caso da indústria calçadista, de forma alguma podemos falar de uma expansão do trabalho intelectual e de redução e desvalorização do trabalho manual². Pelo contrário, prevalece ainda nessa indústria a habilidade manual como fator fundamental para a dinâmica da produção de calçados.

A grande questão é como reconhecer as facetas do trabalho na perspectiva do capitalismo flexível, pois para as gerações acostumadas com o “tempo fordista”, atualmente a métrica do tempo é diferente, não é mais somente um ato de repressão e dominação praticado pela administração em nome do crescimento da organização industrial. A perspectiva flexível pode ser verificada também nas orientações das funções e tarefas da cadeia produtiva do calçado.

O caráter dos trabalhadores se expressa no trabalho, no agir com honra, trabalhando, cooperativa e honestamente, com outros. Nesse sentido, fatores como segurança do emprego e compromisso com a empresa, mantinham as pessoas em seus lugares. Os trabalhadores hoje tendem a não ficarem presos ao lugar. Ocorre uma apreensão cotidiana com emprego, essa apreensão aumenta quando as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente.

Segundo o SEADE (2009) o setor de serviços da Região Administrativa de Franca é responsável por 64,4% de toda a riqueza gerada na região, porém esta estatística não contempla os trabalhadores informais, por não estarem inseridos no mercado formal de trabalho.

A falta de emprego continua sendo um problema que, além de influenciar na situação econômica das pessoas, é também um problema social. A vergonha de ser excluído [privado] limita, tanto quanto as dificuldades financeiras decorrentes do desemprego, pois causam um sentimento de incapacidade diante da “roda viva” do mercado. (MENDES, R.C.L.O., 2003, p. 102, acréscimo nosso).

Portanto, lutar também contra o desemprego, criar estratégias de sobrevivência, significa lutar contra um sentimento de vergonha (FORRESTER, 1997) pela incapacidade de se manter ativo

² Para a confecção de um calçado, geralmente são necessárias de 120 a 130 operações, sendo que 70% dessas utilizam auxílio de máquinas atualmente. Como ilustração e de maneira geral, segundo Navarro (1998), nas diversas tarefas realizadas pelos *sapateiros* envolvidos na produção de calçados, algumas são consideradas ‘principais’ de determinada seção da produção e outras consideradas ‘tarefas auxiliares’. Entre essas encontram-se a seção de corte (cortador de vaqueta, cortador de forro e auxiliar de corte); a seção de preparação para o pesponto (chanfradeira, dobradeira, colocadeira de peças, coladeira de espumas, coladeira de enfeites, colocadeira de tressê ou tresseteira); a seção de pesponto (pespontador e auxiliar de pesponto); seção de costura manual na forma (costurador manual, moldador de contraforte, montador manual, montadores de bico, montadores de lado, montadores de base e auxiliares de seção); seção de montagem (moldador, moldador de contraforte, montador manual, montadores de bico, montadores de lado, montadores de base e auxiliares de montagem); seção de acabamento (lixadores ou alisadores de planta, giradores, fresadores, passadeiras de cola, apontadores de sola, prensistas, blaqueadores, ponteadores e auxiliares de acabamento); seção de plancheamento (lustrador, escovador, jogador de brilho e plancheador). Ademais, deve-se ressaltar o trabalho a domicílio realizado pelas costuradeiras manuais.



4

no sistema e é, também, lutar contra o medo de não ter sua vida desperdiçada.

As transformações atuais no âmbito da categoria trabalho como ser ontológico da sociedade capitalista, como já salientado neste projeto, deixam-nos perplexos. Entretanto, o trabalho vivo ainda é o motor de toda história, ou seja, é a força determinante do sistema, a resposta ao truncamento da sociedade capitalista na fase atual. Cabe destacar a observação de David Harvey (2002, p. 295), o qual salienta que:

[...] a crise de superacumulação iniciada no final dos anos 1960, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. O esboço histórico que propus aqui sugere, no entanto, que mudanças dessa espécie de modo algum são novas, e que a sua versão mais recente por certo está no alcance da pesquisa materialista-histórica, podendo até ser teorizada com bases na metanarrativa do desenvolvimento capitalista que Marx formulou.

Refletir-se-á, nesse estudo, acerca das repercussões da dinâmica da reestruturação produtiva no setor calçadista nesta realidade econômica-social, buscando traduzir a complexidade desse contexto pela aproximação da vida concreta de homens e mulheres. O que se pretende é aprofundar a pesquisa, discutir e interpretar as esperanças de homens e mulheres que imprimem suas expectativas e sonhos na improvisação de fábricas em quintais, quartos e barracões. Afinal, órgãos oficiais e também as indústrias de calçados não conhecem os trabalhadores de uma parte de sua produção, bem como muitas fabriquetas ou bancas também não conhecem todos os trabalhadores que lhes prestam serviços indiretamente e informalmente.

Espera-se que possamos auxiliar na compreensão de alguns aspectos que desencadeou um peculiar arranjo produtivo local, defrontando-se com situações recorrentes de crise nas duas últimas décadas. Os resultados da investigação contribuirão para um diagnóstico da situação do trabalho, enquanto categoria ontológica, no pólo calçadista de Franca, em suas distintas faces. Ademais, almeja-se que os resultados dessa pesquisa possam se tornar importante ponto de apoio para o planejamento de novas políticas públicas voltadas à eficiência coletiva dessa aglomeração industrial.

No que diz respeito às especificidades das condições de produção que caracterizam a fabricação do calçado, na cidade de Franca, localizada no interior do Estado de São Paulo, o mais



5

importante pólo fabricante de calçados masculinos do Brasil, cabe destacar que o processo de reestruturação produtiva que acompanha o curso da globalização não teve como traços fundamentais os avanços do aprimoramento tecnológico. Barbosa (2006) demonstra, em perspectiva histórica, que o predomínio do trabalho manual e a lenta transformação tecnológica do setor contribuíram para emergência nos anos 1930/40 de uma “burguesia de pés descalços”, saída das oficinas de sapateiros e do quadro de operários das primeiras manufaturas, que foi a base da formação do pólo calçadista do município. Com efeito, muitas das condições presentes àquela época persistem nos dias atuais, considerando que a fabricação de calçados demanda baixos investimentos por constituir-se de um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal. Portanto, a fabricação de calçados se manteve tecnologicamente deficitária se comparada com outros setores, tais como a indústria metal-mecânica e a indústria têxtil.

A persistência da fabricação predominantemente manufatureira na indústria do calçado possibilitou a sobrevivência do “saber-fazer” e da “habilidade” como fatores importantes no universo da produção, não fazendo da subsunção plena do trabalho à maquinaria uma realidade incondicional. Esse aspecto manufatureiro, do ofício, da habilidade manual, constitui um elemento chave para compreender as dinâmicas de classe social em Franca, uma vez que é também a base para emergência de “novos” empresários do setor, no qual esse capital simbólico é decisivo para início de algum empreendimento no setor, ainda que pouco considerado em termos históricos e culturais.

Engendrado pela emergência da concorrência asiática na aurora da nova ordem econômica mundial, nos anos 1990, e em virtude das baixas barreiras de entrada neste setor, o caminho encontrado por muitos trabalhadores dispensados de grandes e tradicionais empresas como *Calçados Terra, Pestalozzi, Francano, Guaraldo, Paragon, M 2000*, entre outras, decidiram se estabelecerem como “empresários”, seja por opção ou por não encontrarem outra alternativa profissional. Justamente nesse momento histórico de início das mudanças que deram ensejo à reestruturação do capitalismo em escala global, o número de microempresas calçadistas mais que dobra em curto espaço de tempo, segundo Barbosa (2006) de 204 em 1985 para 449 em 1990. Baseada nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de microempresas triplica em período mais recente, passando de 449 em 1990



6

para 1.371 em 2007³, o mesmo aumento sendo percebido no caso das pequenas empresas, de 71 em 1990 para 183 em 2005. Essa movimentação social em Franca coincide com a observação de Harvey e Bernardo Sorj:

[...] as novas gerações de classe média tanto empregam-se nas grandes empresas como administram seu auto-emprego. Surge assim, em todo país, uma miríade de novas pequenas empresas (que muitas vezes não chegam a ser registradas como tais para não pagar impostos), particularmente nos setores de informática, telecomunicações, cultura e publicidade, e um novo tipo de técnico e profissional que circula entre empregos formais e experiências de criação de pequenas empresas ou oferta de serviços de apoio e consultoria, em especial nas áreas de telemática (tecnologias de comunicação e informática associadas). (SORJ, 2001, p. 80).

No entanto, esse fenômeno de auto-emprego, típico dos novos tempos do capitalismo, em Franca, segundo Barbosa (2006) tem como uma das suas dimensões a superação das fronteiras da prestação de serviços, no qual a emergência de novos “empresários” se dá com surpreendente vigor na linha de frente com a grande indústria de calçados.

[...] os pequenos negócios, as estruturas organizacionais patriarcais e artesanais também floresceram. Novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com freqüência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing (a Benetton, por exemplo, não produz nada diretamente, sendo apenas uma potente máquina de marketing que transmite ordens para um amplo conjunto de produtores independentes). (HARVEY, 1995, p. 150).

Mesmo que a maioria desses novos “empresários” se estabeleça sem quaisquer noções e preceitos contábeis, de marketing, de processos de informação ou de logística, entre tantas outras habilidades básicas para a administração de uma empresa no estágio atual da sociedade capitalista. Portanto, a expressão da reestruturação do capitalismo no pólo calçadista de Franca obedece a uma dupla dinâmica, de um lado, uma intensa fragmentação do tecido empresarial representada pela predominância absoluta de micro e pequenas empresas especializadas na fabricação de calçados, que passaram a responder por quase 3/4 da geração de emprego no setor. Por outro lado, essa dinâmica tem com a hiperintensificação da subcontratação, localmente também chamada de “terceirização”, ou seja, a recolocação de parte do processo produtivo por meio da subcontratação de empresas e/ou pessoas especializadas na realização dos mais diversos serviços próprios a essa indústria: pesponto, corte, chanfração, entre outros. Na reflexão de Barbosa (2006), a transferência

³ Os critérios de classificação das empresas são do Sindifranca: microempresa (até 19 funcionários); pequena (20 a 99 funcionários); média (100 a 499 funcionários) e grande (mais de 500 funcionários).



7

de parte da produção a “terceiros” não serve estritamente ao objetivo de desoneração do grande capital, pelo contrário, tem papel decisivo na expansão das micro e pequenas indústrias que passam a concorrer diretamente com as médias e grandes empresas, concorrência esta que não raro ganha contornos de uma competição predatória. Cabe chamar atenção, que a preocupação de cuidar desse território produtivo, como ilustra Cocco (2002)⁴, e do rico capital social existente no município e região não esteve nos planos e projetos, ou passou longe de se efetivar, de políticas públicas municipais.

O pressuposto apresentado neste projeto e de que a dinâmica do processo de reestruturação produtiva que se intensifica a partir dos anos 1990 no município e região, com o peculiar caminho assinalado acima, redimensiona e reinventa uma ética do trabalho, numa perspectiva pouco legível que, a um só tempo, precariza as relações de trabalho, mas também proporciona novas dinâmicas sociais, como o fenômeno do auto-emprego, instaurando também um mercado de trabalho informal domiciliar ampliado.

Na cidade de Franca, especificamente, segundo pesquisa do SEADE (2009) o município de Franca tornou-se um dos pólos de desenvolvimento regional, pois o seu dinamismo interfere no desempenho econômico de todas as cidades da região⁵.

Em decorrência de sua proximidade com Ribeirão Preto e Minas Gerais, Franca é importante centro de redistribuição da produção beneficiada da região e de produtos industrializados para os principais centros consumidores de São Paulo e Minas Gerais. (SEADE, 2009, p. 02).

Evidentemente, muitos trabalhadores das cidades vizinhas migram a Franca em busca de trabalho, especialmente nos setores da indústria e terciário. As atividades nos setores de calçados, café, comércio e serviços têm influência sobre os demais municípios, “[...] seja porque estes fazem parte do processo econômico, seja porque os cidadãos realizam compras, comercializam seus produtos, utilizam serviços bancários e de saúde etc., em Franca” (SEADE, 2009, p. 03). Um dado relevante é que no entorno do município de Franca desenvolve atividades agrícolas articuladas à indústria, como por exemplo, a agroindústria de açúcar e álcool, a presença de curtumes e

⁴ De acordo com Cocco (2002, p. 177), podemos chamar assim realidades produtivas marcadas por significativo nível de difusão espacial marcadas pela economia industrial, com destaque para especialização setorial. Dizem respeito a dinâmicas sociais e produtivas que estão fora do chão fabril (fora da relação salarial) e dizem respeito a inovações e conhecimentos, capital social, governança e cooperativismo.

⁵ “Os municípios da Região Administrativa de Franca são: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista, Sales Oliveira e São Joaquim da Barra”. (SEADE, 2009, p. 02).



processamento da soja.

Portanto, os impactos da reestruturação produtiva a partir da década de 1990 repercutiram não apenas nas relações de trabalho circunscritos aos moradores de Franca, mas também em todas as demais cidades da região. O desemprego, a precarização do trabalho e aumento do trabalho informal foi sentido e observado em toda a região. Mendes (2005) aborda que como a brusca queda da produção calçadista no final da década de 1980 e na próxima, ocasionou, como já foi salientado, a falência de várias empresas, fechamento de bancas e redução do volume de trabalho enviado para ser feito a domicílio. Esse contexto favoreceu o aparecimento de novas estratégias de gerenciamento da produção, proporcionando uma nítida tendência de extinção de parte dos postos de trabalhos formais nas fábricas, com carteira assinada, e ampliação do trabalho realizado por meio da prestação de serviços nas bancas, nas fabriquetas de fundo de quintal e em domicílio.

Os impactos desse novo processo repercutiram de distintas formas no meio social, dos quais a instauração do desemprego estrutural e a precarização da condição de trabalho não foram negociados, mas impostos à “[...] classe que vive do trabalho”. Segundo Ricardo Antunes (2001), observa-se uma nova face do trabalho, enquanto ser ontológico do capitalismo, que redimensiona sua posição. Nessa perspectiva, a geração do desemprego estrutural, a exclusão social e o trabalho informal resultam na criação de categorias de trabalhadores marginalizadas. Sendo assim, da mesma maneira que esse novo contexto favorece ao aparecimento de novos “empresários”, segundo Barbosa (2006), também resulta na invenção de novos postos de trabalho, dos quais muitos *sapateiros* estarão inseridos, como o exemplo dos catadores de recicláveis (Mendes 2009).

Quanto ao fenômeno da subcontratação, cabe assinalar que não se constitui em novidade para o setor calçadista, sendo inerente historicamente à fabricação de calçados. Em *O Capital*, o trabalho domiciliar de costuradores e costuradeiras de calçados, é exemplo recorrente utilizado por Karl Marx (1996) para tratar do moderno trabalho a domicílio. Segundo Marx (1996), o trabalho familiar na fabricação de sapatos e botas absorveu boa parte da produção de máquinas de costura, que eram, já naquela época, alugadas aos trabalhadores domiciliares que não tinham de comprá-las. Outro autor a abordar o mesmo tema é Maurice Dobb (1976), em clássico estudo sobre a evolução do capitalismo, confirma esse argumento ao registrar que em 1871 “diversos dos processos na fabricação de botas ainda eram executados por trabalhadores externos” (DOBB, 1976, p.324).

Segundo Rinaldi (1987), parte da produção é realizada fora da indústria, por exemplo, a



9

costura manual, o pesponto e o corte. Essa prática do trabalho em domicílio é tradicional em Franca e está associada às estratégias de constituição e reprodução das pequenas e médias empresas calçadistas. Com exemplo das costuradeiras manuais, Mendes (2005) destaca que, na fase de consolidação da indústria calçadista em Franca, a partir da década de 1960, estas mantinham uma relação estreita com a indústria onde trabalhavam, conservando alguns vínculos empregatícios. Aos poucos, o trabalho realizado em domicílio começou a ser repassado pela costuradeira para suas amigas, vizinhas e parentes. A relação direta entre as trabalhadoras envolvidas na execução da costura manual, do tressê e a empresa foi se distanciando, com isso cada vez mais essa tarefa foi contando com um número de intermediários, ao mesmo tempo em que as relações trabalhistas formais entre as trabalhadoras a domicílio e as empresas foram desaparecendo. Dessa forma, com a intensificação da terceirização, algumas atividades desde já inserem tipos de relacionamentos sociais e econômicos que merecem ênfase e mais aprofundamento. Essa forma de sociabilidade desempenhada por essas costuradeiras, por exemplo, e pela própria tradição do trabalho doméstico em Franca, incorpora indiretamente as formas de organização produtiva ditada pela indústria numa ampla teia de novos trabalhadores, em sua maioria, pessoas ligadas por laços familiares e vizinhança. Esse aspecto fortalece a construção e a validade do acordo moral, a revelia da formalização legal do trabalho. Entende-se que essa dimensão de ação social, envolvendo trabalhadores do setor calçadista francana merece mais atenção, pois esse tipo de trabalho, em casa, no domicílio, conta com a participação e “ajuda” da família, filhos e maridos, em suas “horas de folga”. Em outras palavras, a respiração do trabalho perpassa a barreira das classes sociais, do tempo do trabalho e tempo do lazer e redimensiona a ética do trabalho.

Mendes (2005) demonstra uma categoria de trabalhador muito peculiar, inserida ao processo de desenvolvimento da indústria calçadista, e que será uma regra nos arranjos flexíveis de produção, que é o trabalhador coringa⁶, capaz de executar todas as operações ali realizadas, pronto para ocupar o posto de qualquer trabalhador que precisasse interromper uma tarefa. Uma reflexão importante é que a institucionalização desse trabalhador deveu-se à observação gerencial das empresas uma vez que os trabalhadores, em um processo de resistência às inovações, criavam

⁶ Segundo Navarro (2006, p. 413), com a reestruturação produtiva, “as principais mudanças observadas no interior das fábricas foram a redução de postos de trabalho, principalmente daqueles relacionados a tarefas auxiliares nas diversas seções das fábricas, e a utilização do trabalho em grupo ou células de produção, que, por meio do reagrupamento de tarefas antes realizadas individualmente, deu origem ao trabalhador polivalente ou multifuncional, à rotação de tarefas, mudanças essas que são apresentadas como estratégias modernas para adequar a produção à nova lógica capitalista, mas que para o trabalhador, representam apenas sobrecarga, superposição de tarefas, que passam a coexistir com maior intensificação e controle do trabalho”.



mecanismo de troca de funções, das idas e vindas aos banheiros, dentre outros artifícios, como regra de uma espécie de proteção coletiva.

Portanto, no território produtivo local, segundo Barbosa (2006), o *toyotismo* não se fez traduzir pela introdução de novas tecnologias⁷, sejam elas de produção, materializadas no aprimoramento de maquinário visando ampliar a automação fabril, ou de processos, com a implantação do *Just in time*, *kanban*, ou difusão de economia de escopo. O predomínio da subcontratação – e do trabalho domiciliar dela decorrente – fez com que em Franca a reestruturação capitalista pode ser traduzida, em grande medida, pela hipertrofia de um antigo elemento já presente e tradicional na sua matriz produtiva e que expressa notadamente a característica manufatureira da indústria calçadista. Navarro (2006, 424) salienta que “as mudanças ocorridas nesse setor produtivo não dependem da incorporação de recursos tecnológicos, mas fundam-se no uso intensivo do trabalho informal nas ‘bancas’⁸ e em domicílio”.

Considerando a eloquente linha de reflexão estabelecida por Barbosa (2006), é preciso sim admitir que a dinâmica da reestruturação produtiva no pólo calçadista de Franca e região, desencadeia, por suposto, um processo de precarização das relações de trabalho e, em outra perspectiva, sustenta o autor, que a disseminação do “saber fazer” de modo mais amplo no interior das fábricas cumpriu a função de instrumento de alavancagem de boa parte dos empreendedores surgidos nas duas últimas décadas, com mais de 60% dos e novos “empresários” declarando sua

⁷ Como já salientado, a indústria de calçados é, historicamente, caracterizada pelo emprego intensivo de trabalho vivo, apresentando baixo índice de concentração de capital e adota um processo de produção que, de forma geral, não se utiliza de tecnologias sofisticadas. Um ramo de indústria que absorve uma quantidade significativa de força de trabalho barata e, em boa medida, especializada, detentora de conhecimentos, habilidades e destreza manuais ainda imprescindíveis à produção do calçado de couro. Segundo estudos de Piccinini (2001), no caso brasileiro, as empresas produtoras de calçados, mesmo pertencendo a um setor considerado tradicional, buscam uma atualização tecnológico-organizacional, ainda que de forma mais lenta e desorganizada, distantes de uma automatização pelas condições específicas da economia do setor, que ainda conta com uma mão-de-obra barata. No entanto, em algumas empresas, consideradas “de ponta”, esforços para uma atualização tecnológica e/ou organizacional ocorrem de fato para enfrentar a concorrência. A mesma autora afirma que não existe, no Brasil, empresa fabricante de calçados de couro que utilize tecnologias integradas entre o *Computer Aided Design* (CAD), utilizado na elaboração do ‘design’ dos modelos e na modelagem do calçado, e *Computer Aided Manufacturing* (CAM), permite o acionamento de um sistema computadorizado de corte da matéria-prima do calçado a jato d’água a *laser* ou com facas mecânicas. Por isso mesmo, a fabricação do calçado exige certo nível de qualificação da maioria dos operários que, segundo o nível de exigência da produção industrial, só é verdadeiramente competente após um ou dois anos de experiência.

⁸ As Bancas são por excelência unidades produtivas que indicam a descentralização da produção, com destaque para o aspecto domiciliar. Importante ressaltar uma breve ilustração do funcionamento das bancas: as bancas recebem o serviço da fábrica de calçado ou de outra banca. O banqueiro ou dono da banca distribui o serviço aos trabalhadores que, por sua vez, redistribuem a outras, vizinhos ou parentes. O trabalho adquire um caráter eminentemente familiar ao compreender a mulher, os filhos, companheiro, cônjuge e outras pessoas da família, como mãe, irmãos, tios. Assim há ainda outra redistribuição informal do trabalho. O trabalho assume, muitas vezes, o caráter de “ajuda”, assim como o dos filhos. O marido “ajuda” quando retorna para casa, após ter cumprido sua jornada de trabalho, e os filhos “ajudam”, nos períodos em que não estão na escola.



origem no “chão de fábrica”. Portanto, para o autor, essa reestruturação produtiva local ao mesmo tempo em que precarizou as relações de trabalho, “expulsando” contingente expressivo de operários das indústrias, por outro lado contribuiu para disseminar uma cultura empreendedora entre os trabalhadores do setor.

O trabalhador do calçado em Franca, desde o período de consolidação da indústria calçadista, participa do mercado de trabalho se inserindo em um universo produtivo muitas vezes estranho a ele e isso implica muito mais que uma estratégia de vida. Com o intuito de escapar das amarguras do desemprego, muitos trabalhadores concordam em se colocar na ordem disciplinar (que está além dos muros das fábricas). Entretanto, também reelabora em proveito próprio, de alguma forma, a ditadura dessa disciplina, pois nesse sentido, estar empregado significa a busca de uma vida melhor.

Nessa perspectiva, é preciso considerar que a importância do trabalho, da habilidade, do ofício e do saber-fazer o sapato tem no processo que constituiu e consolidou o parque industrial em Franca. Vale a pena destacar, que a identidade do sapateiro em Franca é construída fortemente com apelo ao trabalho, alinhando as classes sociais em torno dessa configuração, ou seja, tanto para o empresário como para o “passador de cola”, ser *sapateiro* parece ter um significado comum. Observar e localizar o conflito de classes nesse jogo de relações não é tarefa fácil. Portanto, mais que abordar e classificar o papel das classes sociais é preciso entender antes um pouco dessa dinâmica. Segundo Mendes (2005), esse elemento amortecedor do conflito de classe, encontrado na supervalorização do trabalho, pode ser esclarecedor, uma vez que o aspecto *operário* parece perpassar essas fronteiras, a qual verifica que muitos empresários de sucesso do município fazem questão de afirmar essa característica nas suas condutas, dizendo-se *sapateiros*, omitindo (de alguma forma) sua condição social presente. Esse aspecto, citado acima, exige uma habilidade especial que cria certo paradigma identitário para os trabalhadores do setor, cunhada na trajetória do que significa *ser sapateiro*.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.



12

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Os estudos locais: método, prática e perspectivas. **Multiciência**, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 30-38, 2001.

_____. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

CAMPREGHER, Gláucia. “Das novas possibilidades do trabalho coletivo”. In.: **ECONOMIA**. Niterói (RJ), v.5, n.1, p. 123-159, jan./jun. 2004. CARVALHO, Rosângela Nair de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Polenti. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COCCO, Giuseppe et al. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Pontes, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.



_____.; BECH, Ulrich; SCOTT, Lash. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Classes Sociais e movimentos sociais.** In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2. Brasília, DF: Ed. UNB, 1999.

GORZ, André. (Org.). **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBSBAWM, Eric John. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre a história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 3. ed. Rio de Janeiro, 2000. (Oficinas da história, v. 2)

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** São Paulo: Hucitec, 1999.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **A divulgação científica versus inclusão social.** 2009. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mendes.oliveira@terra.com.br> em: 15 jun. 2009.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação:** mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento local:** caminhos e desafios para a construção de uma NOVA AGENDA POLÍTICA. Rio de Janeiro: BNDS, 2001.

Lourenço, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca.** Franca: UNESP-FHDSS, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, Vol. I. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996 (em especial o tópico 8 do Cap. XIII)



14

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

_____.; _____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, Dante P.& JOYAL, André. **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas**. Barueri: Manole, 2004.

_____, M. L. “O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social”. In: *O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social: Um Instigante Desafio*. 2. Ed. São Paulo: NEPI/PUC, 1994.

MENDES, Alexandre Marques. **Classe trabalhadora e justiça do trabalho**: experiência, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca-SP, 1968-1988). 2005. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2005.

_____, Rita de Cássia Lopes de Oliveira. **Organização comunitária em busca da qualidade de vida: dinâmica e lutas (Franca/SP 1991-2002)**. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

_____. **O social e ambiental na lógica do capitalismo**. Franca: UNESP, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 1994. (Temas Sociais).

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca/ SP**: a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. 1998. 301 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.

_____. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. Expressão popular, 2006.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1985

RINALDI, Dalva Marlene Chioca. **O fezonismo em Franca**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 1987.



15

PICCININI, Valmíria Carolina. “Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado”. In: FENSTERSEIFER, J. (Og.). **O Complexo Calçadista em Perspectiva: Tecnologia e Competitividade**. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

_____. “Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado”. In: **Read – Revista Eletrônica de Administração**, PPGA, Escola de Administração da UFRGS, n. 25. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read01>>. Acesso em maio 2001.

SALENO, Mário Sérgio. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena Sumiko (Org.) **Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) **Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Um discurso sobre a ciência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A globalização e as ciências sociais**. (org). 2ª Ed, São Paulo: Cortez, 2001.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Região administrativa de Franca. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento, 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho vivo no novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983.